Jurisprudência
**em Teses**

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 274: PLANOS DE SAÚDE VI . . . . . 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Edição n. 274** Brasília, 13 de fevereiro de 2026

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 10/02/2026.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

## EDIÇÃO N. 274: PLANOS DE SAÚDE VI

### 1. É abusiva a negativa, pelo plano de saúde, de tratamento essencial ao controle de doença degenerativa do sistema nervoso, com utilização de medicamento administrável na forma oral em ambiente domiciliar, quando o fármaco inclui-se no rol da ANS e é parte de específico tratamento escalonado a ser realizado obrigatoriamente pelo paciente como condição para a manutenção dos cuidados com a doença.

Julgados: AgInt no AREsp 2251773/DF, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 23/09/2024

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 814)

### 2. O plano de saúde deve cobrir medicamento sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), cuja importação tenha sido excepcionalmente autorizada pela agência reguladora.

Julgados: REsp 2161358/SP, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJEN 04/12/2025; ; AgInt no REsp 2221523/SP, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJEN 25/11/2025; ; REsp 2058688/SP, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJEN 29/10/2025; ; AREsp 2914177/AP, Rel. Min. DANIELA TEIXEIRA, TERCEIRA TURMA, DJEN 22/08/2025; ; AgInt no REsp 2143531/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJEN 18/08/2025; ; REsp 2129565/SP, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJEN 22/05/2025

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 717 e 20E) (Vide Jurisprudência em Teses N. 143 - TEMA 6 e N. 143) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

3. A operadora, mesmo após o exercício regular do direito à rescisão unilateral de plano coletivo, deverá assegurar a continuidade dos cuidados assistenciais prescritos a usuário internado ou em pleno tratamento médico garantidor de sua sobrevivência ou de sua incolumidade física, até a efetiva alta, desde que o titular arque integralmente com a contraprestação (mensalidade) devida (Tese julgada sob o rito do art. 1.036 do CPC - TEMA 1.082).

Julgados: ; AREsp 3018092/MT, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJEN 19/12/2025; ;; REsp 2147351/TO, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, TERCEIRA TURMA, DJEN 18/12/2025; ; AgInt no AREsp 2960499/SP, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJEN 30/10/2025; ; AgInt no AREsp 2243842/SP, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJEN 17/10/2025; ; REsp 2220607/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJEN 26/09/2025; ; REsp 1846123/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 01/08/2022; ; REsp 1842751/RS, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 01/08/2022

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 742) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

4. É possível a suspensão ou a resolução do contrato de plano de saúde pelo não pagamento da mensalidade por prazo superior a sessenta dias, consecutivos ou não, nos últimos doze meses do contrato, se o consumidor for comprovadamente notificado até o quinquagésimo dia de atraso.

Art. 13, parágrafo único, II, da Lei n. 9656/1998.

Julgados: ; REsp 2064298/PA, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, TERCEIRA TURMA, DJEN 19/12/2025; ; AgInt no AREsp 2865063/RJ, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJEN 08/09/2025; ; AREsp 2704018/AL, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJEN 23/05/2025; ;; AgInt no AREsp 2477912/SE, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 12/09/2024; ; AgInt no AREsp 2054722/CE, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 19/04/2024; REsp 2130369/SP (decisão monocrática), Rel. Min. MARCO BUZZI, Quarta Turma, publicado em 02/05/2024

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 23 - Edição Especial)

## 5. Na rescisão unilateral do plano de saúde coletivo é obrigatória a prévia notificação da outra parte.

Julgados: ; AgInt no REsp 1840428/SP, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJEN 12/02/2026; ; REsp 2164372/DF, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJEN 15/12/2025; ; AREsp 2501313/SP, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJEN 10/11/2025; ; AREsp 2793364/RJ, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, TERCEIRA TURMA, DJEN 06/11/2025; ; AREsp 2957944/SP, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJEN 29/08/2025; ;; REsp 1833615/DF, Rel. Min. DANIELA TEIXEIRA, TERCEIRA TURMA, DJEN 13/06/2025

(Vide Pesquisa Pronta)(Vide Pesquisa Pronta)

## 6. A administradora do plano de saúde é parte legítima para responder solidariamente com a operadora pelos danos causados aos seus usuários.

Julgados: ; AREsp 2934033/DF, Rel. Min. DANIELA TEIXEIRA, TERCEIRA TURMA, DJEN 04/09/2025; ; AgInt no AREsp 2572164/SP, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJEN 19/12/2024; ; AgInt no AREsp 2696436/SP, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJEN 19/12/2024; ;; AgInt no AgInt no AREsp 2142481/BA, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 01/03/2024; ; REsp 1836912/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 12/11/2020; AREsp 2539620/SP (decisão monocrática), Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Quarta Turma, publicado em 30/09/2025

(Vide Jurisprudência em Teses N. 4 - TEMA 2 e N. 4)

## 7. É devida compensação por danos morais quando a operadora do plano de saúde negar atendimento em situações de emergência ou urgência durante o período de carência.

Julgados: ; AREsp 2953117/MG, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJEN 22/09/2025; ; AREsp 2929991/SP, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJEN 29/08/2025; ; AgInt no AREsp 2840133/RN, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJEN 29/08/2025; ; REsp 2211255/SP, Rel. Min. DANIELA TEIXEIRA, TERCEIRA TURMA, DJEN 28/08/2025; ; AgInt no AREsp 2437990/PE, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, TERCEIRA TURMA, DJEN 15/08/2025; ;; REsp 2202655/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJEN 24/06/2025

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 26 - Edição Especial) (Vide Súmula Anotada N. 597/STJ) (Vide Jurisprudência em Teses null e null - TEMA 7)

8. Prescreve em cinco anos o prazo para a propositura de ação civil pública em que se discute direitos relativos a planos de saúde, por analogia ao prazo definido na ação popular, em razão da falta de dispositivo legal específico e por ambas integrarem o microssistema de proteção dos interesses transindividuais.

Julgados: ; EDcl no AREsp 615931/BA, Rel. Min. DANIELA TEIXEIRA, TERCEIRA TURMA, DJEN 25/09/2025; ; AgInt no AgInt no AREsp 615931/BA, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 05/11/2024; ; AgInt no REsp 1960656/SP, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 22/06/2022; ; AgInt no REsp 1807990/SP, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 24/04/2020; ; AgInt nos EDcl no REsp 1663747/SP, Rel. Min. LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe 19/03/2018; ;; REsp 1473846/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 24/02/2017

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 671) (Vide Jurisprudência em Teses N. 273 - TEMA 3)